

# Para os britânicos, País vai honrar compromissos

23 AGO 1983

*Dívida externa*

**HERMANO ALVES**  
Nosso correspondente

LONDRES — Os meios financeiros de Londres, que já esperavam uma declaração pública do governo brasileiro de que não está em condições de manter os pagamentos da dívida externa, reagiram com cautela à notícia de que o ministro Antônio Delfim Netto classifica de “prática normal” a adoção dessa medida, na dependência de negociações com o Clube de Paris, formado pelas nações industrializadas do Ocidente e o Japão.

O jornal *Financial Times* diz que um dos principais banqueiros envolvidos “na operação de salvatagem do Brasil” (sic) confirma tratar-se de um “procedimento costumeiro por parte de nações que solicitam um reescalonamento” — provavelmente referindo-se ao precedente mexicano.

Esse mesmo jornal afirma que outro banqueiro julga que as nações do Clube de Paris serão “generosas” num reescalonamento no período 1983-84. No entanto, outras fontes manifestaram certa preocupação exatamente com a suspensão dos pagamentos, temendo que também ocorra fora da área restrita dos empréstimos de governo a governo do Clube de Paris. De modo geral, a maioria dos credores julga que o Brasil — seja qual for o governo — não fugirá ao pagamento dos compromissos externos.

É preciso, porém, compreender-se que há centenas de bancos, de todos os tipos e tamanhos, com maior ou menor liquidez, envolvidos em consórcios que emprestaram dinheiro a um grande número de países (e nos anos da abundância dos petrodólares ofereciam esse dinheiro e prometiam todas as facilidades), e que naturalmente sentem-se agora inquietos diante da montanha das dívidas e do crescimento geométrico dos ágios (*spreads*) que deixa para trás o crescimento aritmético das exportações.

Fontes da ‘City’ dizem que nenhum banco quer ser passado para trás num período em que o mercado tornou-se ultra-sensível e qualquer coisa imprevista pode provocar nervosismo. Muito embora os grandes bancos ingleses estejam tranquilos, o fato é que eles, refletindo a nova direção do Banco da Inglaterra (Robert Leigh-Permberton, um *protegee* político da primeira ministra Margaret Thatcher, insistem em dizer que o

Congresso brasileiro deve ratificar a nova política salarial determinada pelo presidente João Figueiredo antes de partir para Cleveland.

Um economista latino-americano nos diria que o grande problema é o das taxas de juro, já que o Brasil não mais poderia — no seu entender — deixar de fazer pressão para que elas baixem. Mas qual a taxa? No mercado de Londres (*Libor*) é de 10,5 ou 11%. No mercado americano (*prime rate*) é de 11%, sistematicamente. E sobre isso há os ágios, que fazem com que três quartas partes da dívida externa brasileira sejam a taxas flutuantes (em consequência do dólar e das taxas de juro americanas, além de outros fatores), no mínimo a 13% ao ano. Em 1984, o Brasil terá de pagar, no atual esquema, o mínimo de 12 bilhões de dólares de juros e ágios, o chamado serviço da dívida.

Uma interpretação da viagem de Delfim Netto a Paris, que circou pela City foi a de que o ministro brasileiro, depois de ter arrancado o decreto-lei dos salários do presidente Figueiredo, sentiu-se na obrigação de cobrar do diretor do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, o cumprimento de uma promessa tácita — a da concessão do “sinal verde” para a liberação de 400 milhões de dólares dos bancos comerciais.

Ora, segundo essa versão, Delfim já sabia que nada poderia obter de concreto, até porque o FMI está na dependência da aprovação pelo Congresso norte-americano de novos créditos suplementares (oito bilhões de dólares), possível, mas não certa, para outubro. A tendência de Larosière, um típico “*commis d’Etat*” francês, é a de defender a sua corporação e manter-se intransigente. Por outro lado, o FMI anda vagueando politicamente, ao aprovar um empréstimo de emergência para a África do Sul por um lado, apesar dos protestos dos adversários do *apartheid*, enquanto recusava outro à Nicarágua, alegando que a política sandinista não tende a criar as condições para o desenvolvimento, o que significa adiar o futuro.

Qual a intenção política de Delfim? Dizem alguns observadores que ele queria, pura e simplesmente, um *roll over* (ou seja, enrolamento ou enrolação, aliás adiamento) por dois anos, até o fim do mandato de Figueiredo, muito na linha do *après moi le deluge*.